

Já no que se refere aos financiamentos obtidos (empréstimos bancários), já explanados na informação relativa ao Financiamento Bancário e no respetivo quadro, haverá que registar um aumento do seu valor em 841 mil euros, o que corresponde a um acréscimo de 2% no capital em dívida face a período homólogo, decorrente, por um lado, da utilização de capital de empréstimos em curso e contratação de um novo empréstimo e respetiva utilização de capital, no montante de 3,7 milhões de euros, e, em sentido inverso, das amortizações ocorridas em 2022, de empréstimos contratados em anos anteriores, no montante de 2,9 milhões de euros. No entanto, importa clarificar que, em termos do balanço, e como já acontecia no referencial contabilístico anterior (POCAL), embora agora de forma mais evidente, o capital em dívida encontra-se subdividido em duas parcelas: uma no passivo não corrente (a que não é exigível a curto prazo, isto é, vencimento para além de um ano) e outra no passivo corrente (a parte que será exigível no curto prazo, isto é, no decurso do ano 2023). Esta questão será abordada de forma mais aprofundada e detalhada na informação disponibilizada relativamente ao Endividamento Municipal.

O Património Líquido do Município (anteriormente designado de “Fundos Próprios”) totaliza, no final de 2022, 692,4 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 16,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, de 3 fatores: por um lado, da reclassificação ocorrida ao nível dos subsídios de capital, que por se considerar que os mesmos não serão objeto de reversão, foram transitados para a conta 59.3 “Outras variações no património líquido - Transferências e subsídios de capital” (representativas de uma variação positiva 5,8 milhões de euros); por outro lado, do aumento do resultado líquido do período apurado em 2022, supera o resultado de 2021 em 6,6 milhões de euros; e, por fim, da variação ocorrida na conta 56 de Resultados Transitados decorrente da incorporação de 95% dos Resultados Líquidos do Exercício apurados em 2022, no valor de 3,4 milhões de euros, de acordo com o deliberado pelos órgãos colegiais.

## **Demonstração de Resultados**

O resultado líquido apurado no exercício de 2022 ascende a cerca de 10.025.217,12 €, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, traduzindo um aumento, face ao ano transato, na ordem dos 6,6 milhões de euros. Os rendimentos em 2022 cifraram-se em 138,5 milhões de euros para um nível de gastos de 128,5 milhões de euros, tendo-se verificado a um aumento quer dos rendimentos, quer dos gastos, de 8% e 2,9% respetivamente, o que se traduziu no aumento do resultado líquido apurado no exercício de 194,1%.

## Demonstração de Resultados

Rubricas	2022	2021	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	71 568 473,91	68 527 116,27	3 041 357,64	4,40%
Vendas	39 962,69	32 592,88	7 369,81	22,60%
Prestações de serviços e concessões	15 042 759,62	14 698 208,84	344 550,78	2,30%
Transferências e subsídios correntes obtidos	43 355 020,64	37 656 107,76	5 698 912,88	15,10%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	101 619,18	-826 863,38	928 482,56	-112,30%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 284 970,40	-1 113 360,43	-171 609,97	15,40%
Fornecimentos e serviços externos	-32 506 428,47	-29 391 847,06	-3 114 581,41	10,60%
Gastos com pessoal	-43 272 829,40	-40 651 497,99	-2 621 331,41	6,40%
Transferências e subsídios concedidos	-23 940 967,75	-23 835 240,44	-105 727,31	0,40%
Prestações sociais	-134 414,21	-180 272,84	45 858,63	-25,40%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	31 406,46	-834,97	32 241,43	-3861,40%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-310 936,64	-160 653,15	-150 283,49	93,50%
Provisões (aumentos/reduções)	1 116 492,34	1 086 608,44	29 883,90	2,80%
Outros rendimentos	7 132 036,92	6 078 006,95	1 054 029,97	17,30%
Outros gastos	-5 173 686,04	-5 130 305,64	-43 380,40	0,80%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>31 763 538,85</b>	<b>26 787 765,24</b>	<b>4 975 773,61</b>	<b>18,60%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-21 093 140,00	-22 681 866,18	1 588 726,18	-7,00%
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>10 670 398,85</b>	<b>4 105 899,06</b>	<b>6 564 499,79</b>	<b>159,90%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	109 063,11	41 674,86	67 388,25	161,70%
Juros e gastos similares suportados	-754 244,84	-739 221,57	-15 023,27	2,00%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>10 025 217,12</b>	<b>3 408 352,35</b>	<b>6 616 864,77</b>	<b>194,10%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>10 025 217,12</b>	<b>3 408 352,35</b>	<b>6 616 864,77</b>	<b>194,10%</b>

É possível verificar, pela análise à Demonstração de Resultados, que se assistiu a um aumento de 3,5 milhões de euros dos gastos face ao ano anterior. O mesmo sucedeu com os rendimentos, mas numa escala bastante superior: o aumento foi de 10,1 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (33,7%), os fornecimentos e serviços externos (25,3%) e as transferências e subsídios concedidos (18,7%). Só estas 3 rubricas são responsáveis por cerca de

78% do total de gastos. Se a estes somarmos as depreciações e amortizações atingiremos os 94,1% do total de gastos em 2022. Trata-se, portanto, de uma estrutura muito semelhante à do ano transato.

Comparativamente com o período de 2021, os fornecimentos e serviços externos assistiram a uma variação positiva de 10,6%, correspondendo a um aumento de 3.114.581,41 €, essencialmente fruto do aumento dos gastos com refeições escolares [1,5 milhões de euros], com a recolha e tratamento de resíduos urbanos e manutenção dos espaços verdes de cerca de 679 mil euros e 904 mil euros respetivamente. Já os gastos com honorários e contratos individuais de tarefas ou avença, por outro lado, assistiram a uma redução na ordem dos 295 mil euros.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 6,4%, o que se traduz em termos absolutos num acréscimo de 2.621.331,41 €, em linha com o que já havia sucedido no ano transato, em parte devido à atualização dos vencimentos dos funcionários públicos (cerca de 275 mil euros), outra parte resultante da delegação de competências decorrente do processo de descentralização administrativa, sendo o restante aumento motivado por novas admissões, mobilidades intercategorias e intercarreiras.

As transferências e subsídios concedidos assistiram a um aumento de 105.727,31 € (0,4%) comparativamente com 2021, resultado da manutenção da política social e económica do executivo nesta altura de crise económica das famílias e das instituições.

As depreciações e amortizações do exercício assistem a um decréscimo de 1.588.726,18 € em relação ao valor que haviam assumido em 2021, o que corresponde a uma diminuição de 7%, tendo ascendido ao valor de 21.093.140,00 €.

Na rubrica de impostos, contribuições e taxas há que distinguir duas realidades: se, por um lado se assistiu a uma redução numa das suas componentes de maior expressão (Imposto Municipal sobre Imóveis), assim como nas taxas de loteamento e obras, assistimos também, por outro lado, em sentido inverso, a um crescimento dos proveitos decorrentes do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), da Derrama, do Imposto Único de Circulação (IUC) e das taxas de ocupação da via pública, que conseguiram, por si só, mais que balancear as reduções sentidas em outras componentes, fazendo com que o saldo final fosse francamente positivo (crescimento de 4,4%, o que representa 3 milhões de euros).

Nas transferências e subsídios obtidos, salienta-se o aumento de 15,1% justificado maioritariamente pelo incremento do Fundo Social Municipal em cerca de 3,2 milhões de euros e pelo aumento do valor proveniente das transferências de competências no âmbito da educação e ação social, em cerca de 1,2 milhões de euros, apesar da variação negativa, entre 2021 e 2022, na ordem dos 515 mil euros, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos totaliza 7.132.036,92 €, tendo registado um aumento de cerca de 17,3% face a 2021, o que representa um montante na ordem dos 1,1 milhões de euros, e que resulta do registo dos subsídios de capital.